

AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E SUAS CONTRIBUIÇÕES NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Alziene Maria da Silva¹

Macilene de Santana²

Rita de Cassia Silva de Mendonça³

Eron José da Silva⁴

RESUMO: Este trabalho de pesquisa, aborda a importância das políticas educacionais na Educação Básica, destacando que, apesar dos avanços nas últimas décadas como a ampliação do acesso à escola e a criação de programas voltados à inclusão ainda existem desafios para que essas políticas sejam efetivamente aplicadas no cotidiano escolar. O estudo aponta que a melhoria da qualidade do ensino depende não apenas das leis e diretrizes, mas também de condições concretas nas escolas, como infraestrutura adequada, valorização e formação dos professores. Além disso, o texto enfatiza que programas educacionais têm contribuído para reduzir a evasão escolar e as desigualdades, promovendo oportunidades de continuidade dos estudos e desenvolvimento social. Fundamentado na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). O trabalho reforça que a educação é um direito de todos e deve garantir qualidade. Por fim, o Trabalho de Conclusão de Curso levanta como questão central compreender quais são de fato as contribuições das Políticas Educacionais para a Educação Básica, destacando a necessidade que essas políticas sejam mais eficazes na prática escolar.

1

Palavras-chave: Políticas Educacionais. Contribuições. Educação Básica.

ABSTRACT: This research paper addresses the importance of educational policies in Basic Education, highlighting that, despite advances in recent decades such as increased access to school and the creation of inclusion-focused programs, challenges remain for these policies to be effectively applied in daily school life. The study points out that improving the quality of education depends not only on laws and guidelines, but also on concrete conditions in schools, such as adequate infrastructure, teacher appreciation, and training. Furthermore, the text emphasizes that educational programs have contributed to reducing school dropout rates and inequalities, promoting opportunities for continued studies and social development. Based on the 1988 Federal Constitution and the Law of Guidelines and Bases of National Education (LDB), the work reinforces that education is a right for all and must guarantee quality. Finally, the Final Course Project raises as a central question understanding what the actual contributions of Educational Policies to Basic Education are, highlighting the need for these policies to be more effective in school practice.

Keywords: Educational Policies. Contributions. Basic Education.

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Faculdade da Escada - FAESC, alzienemaria4@gmail.com

² Graduanda do Curso de Pedagogia da Faculdade da Escada - FAESC, macilenesantanaw@gmail.com

³ Graduanda do Curso de Pedagogia da Faculdade da Escada - FAESC, ritamendonca2009@gmail.com

⁴ Orientador do Curso de Pedagogia da Faculdade da Escada - FAESC. Mestre em Educação, email: eronpedagogo@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Apesar dos avanços nas políticas educacionais nas últimas décadas com aplicações do acesso à escola e a criação de programas voltados a inclusão e a melhoria da qualidade de ensino ainda persistem desafios significativos quanto a efetivação dessas políticas na prática trazendo para dentro da escola melhorias que envolvam o cotidiano escolar do aluno lhe proporcionando um ambiente adequado e motivador para que aconteça um aprendizado de qualidade.

O programa trazido para educação tem aberto portas com oportunidades para a continuidade da escolaridade diminuindo assim a evasão e a desigualdade proporcionando formação qualificação e desenvolvimento do país ao estabelecer leis, currículos e programas que orientam o sistema de ensino, pois as efetividades dessas políticas dependem de condições reais nas escolas como a infraestrutura e valorização do docente e formação.

Segundo Constituição Federal de 1988, deixa claro que todo brasileiro tem direito a educação e educação de qualidade. Neste sentido a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96 no artigo Art. 1º: A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Neste sentido surge a seguinte questão: Quais as contribuições das políticas educacionais na Educação Básica?

2

Tendo por hipótese que possivelmente as Políticas Educacionais, quando planejadas e executadas com acompanhamento e avaliação constante, geram impactos positivos na qualidade da educação, promovendo a inclusão, a valorização dos profissionais da educação e a democratização do acesso ao ensino.

Tendo por Objetivo Geral da pesquisa: Investigar as contribuições das Políticas Educacionais para o fortalecimento da qualidade e da equidade na educação brasileira. Neste sentido ressalta-se os Objetivos Específicos: Identificar as principais Políticas Educacionais implementadas nas últimas décadas no Brasil; Verificar de que forma as Políticas Educacionais tem promovido a inclusão e a igualdade de oportunidades no ensino; e Analisar os impactos dessas políticas na formação e valorização dos profissionais da educação.

Este trabalho se justifica que as Políticas Educacionais são fundamentais para garantir o direito a Educação Básica de qualidade para todos, promovendo a equidade e inclusão social, em fase de desafios persistentes como a desigualdade de oportunidade, infraestrutura precária e evasão escolar, é preciso implementar políticas que visem melhoria da qualidade de ensino em

todos os níveis da evolução básica, existe a necessidade de investigar como a história e compromisso identifiquem seus efeitos na valorização com avanço sociais e formal do estudante. Segundo Almeida (2022, p.3), “As Políticas Educacionais, nessa perspectiva, expressam a multiplicidade e a diversidade da política pública em um dado momento histórico”.

Tendo por base o exposto acima é possível verificar que as Políticas Educacionais têm fortes movimentações históricas na educação brasileira, pois os movimentos sociais, as lutas de classes pela igualdade têm fortalecido uma busca de um currículo que atenda às necessidades de todos, porém na verdade nem sempre isso acontece.

REFERENCIAL TEÓRICO

As Principais Políticas Educacionais implementadas nas últimas décadas no Brasil

Nas últimas décadas, o Brasil desenvolveu um conjunto expressivo de políticas educacionais voltadas à ampliação do acesso, melhoria da qualidade e promoção da equidade na educação básica e superior. Essas políticas surgiram como resposta aos desafios históricos do país, especialmente relacionados às desigualdades sociais, regionais e estruturais que influenciam diretamente a aprendizagem dos estudantes.

Uma das políticas mais significativas foi a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, nº 9.394/1996), que reorganizou a estrutura da educação brasileira e estabeleceu princípios para a gestão democrática, a formação docente e a garantia de padrões mínimos de qualidade (Saviani, 2013, p.3). A LDB serviu de base para a criação de outras políticas e para a ampliação da oferta da educação básica.

Contudo outra política estruturante foi a criação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo que orienta o que todos os estudantes devem aprender em cada etapa da educação básica. A BNCC busca reduzir disparidades curriculares entre estados e municípios e promover aprendizagens essenciais, contribuindo para a equidade.

Na esfera da valorização docente, destacam-se o Piso Salarial Nacional do Magistério (Lei nº 11.738/2008) que busca valorizar os professores e reduzir a desigualdades salariais entre redes. Estudos mostram que a valorização docente está diretamente relacionada à melhoria das práticas pedagógicas e dos resultados educacionais (Gatti e Barretto, 2008, p.26). Também merece destaque o fortalecimento das políticas de avaliação educacional, como o SAEB, o Prova Brasil e o IDEB.

Esses instrumentos trouxeram informações mais precisas sobre o desempenho das redes, escolas e estudantes, permitindo o planejamento de ações pedagógicas e a definição de metas de qualidade. Na dimensão do financiamento, a criação do FUNDEF (1997) e, posteriormente, do FUNDEB (2007; ampliado e tornado permanente em 2020), foi um marco vital. O FUNDEB garantiu maior redistribuição de recursos entre estados e municípios, contribuindo para reduzir desigualdades e assegurar condições mínimas de funcionamento das escolas.

No campo da inclusão, a política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva ampliou o acesso de estudantes com deficiência ao ensino regular e incentivou a oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Paralelamente, programas como o Bolsa Família (e, mais recentemente, o Auxílio Brasil) atuaram na permanência escolar, sobretudo das crianças mais vulneráveis.

Para além da educação básica, políticas como o ENEM, o SISU, o PROUNI e o FIES democratizaram o acesso ao ensino superior, ampliando oportunidades para jovens de baixa renda. Em conjunto, essas políticas transformaram profundamente o sistema educacional brasileiro, contribuindo para ampliar o acesso, fortalecer a gestão escolar, melhorar resultados e promover maior justiça social. Apesar de avanços significativos, o país ainda enfrenta desafios, exigindo a continuidade de políticas integradas e sustentadas por investimentos adequados.

4

As contribuições das Políticas Educacionais para o fortalecimento da qualidade e da equidade na Educação Brasileira

As Políticas Educacionais têm desempenhado um papel decisivo no processo de consolidação da qualidade e da equidade na educação brasileira. Ao longo das últimas décadas, o país avançou na construção de marcos legais, programas e estratégias que buscam garantir não apenas o acesso à escola, mas também condições adequadas de permanência e aprendizagem para todos os estudantes.

Esses avanços resultam da compreensão de que a educação é um direito social fundamental e que, para ser efetivo, precisa superar desigualdades históricas que atingem principalmente populações em situação de vulnerabilidade. Como destaca Saviani (2013, p.32), a educação somente se concretiza como direito quando o Estado assegura condições estruturais e pedagógicas capazes de garantir igualdade de oportunidade.

A criação e a atualização da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), por exemplo, contribuíram para orientar de maneira mais clara os objetivos de aprendizagem para cada etapa

da educação básica, promovendo maior coerência entre currículo, formação docente e avaliação. Dessa forma, a BNCC reduz desigualdades curriculares e fortalece a equidade ao definir expectativas comuns de aprendizagem para todos os estudantes do país.

Assim, outro avanço significativo vem de programas voltados à inclusão e permanência escolar, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e o transporte escolar. Essas políticas reduzem desigualdades sociais que impactam a trajetória educacional de milhões de estudantes, garantindo condições materiais mínimas para que todos possam aprender.

Na dimensão da formação e valorização dos profissionais, políticas como o Piso Salarial Nacional do Magistério, os programas de formação continuada e o fortalecimento de carreiras estruturadas buscam assegurar que as escolas contem com docentes mais bem preparados e motivados. Profissionais valorizados tendem a desenvolver práticas pedagógicas mais eficazes, contribuindo diretamente para a melhoria da qualidade do ensino.

Além disso, as avaliações externas, como o SAEB e o IDEB, trouxeram maior transparência sobre os resultados educacionais e permitiram identificar desigualdades profundas entre regiões, redes e grupos sociais. Embora não sejam soluções isoladas, essas avaliações influenciaram o planejamento de políticas públicas mais direcionadas. Brooke e Soares (2008, p.15), afirmam que as avaliações externas “não apenas produzem indicadores, mas iluminam desigualdade educacional subsidiando ações governamentais, mas precisas”.

Por fim, políticas voltadas à inclusão, como a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, ampliaram o acesso de estudantes com deficiência ao ensino regular, promovendo a construção de ambientes educativos mais diversos e democráticos. Essa perspectiva fortalece a equidade ao reconhecer que todos os estudantes têm direito a aprender, com apoio e adaptações necessárias.

Assim, as políticas educacionais implementadas no Brasil têm contribuído de maneira significativa para o avanço da qualidade e da equidade na educação básica. Embora desafios persistam como desigualdades regionais, falta de infraestrutura em algumas escolas e necessidade de maior investimento, os esforços acumulados representam passos importantes na construção de um sistema educacional mais justo, eficiente e inclusivo.

Os Impactos dessas Políticas na Formação e Valorização dos Profissionais da Educação

As políticas educacionais desempenham um papel decisivo na construção das condições de trabalho, na formação contínua e na valorização dos profissionais que atuam na educação básica. Ao longo dos últimos anos, diferentes políticas públicas buscaram responder às demandas históricas da categoria, especialmente no que se refere à qualificação docente, ao reconhecimento profissional e à melhoria das condições estruturais que possibilitam um ensino de qualidade.

Para Nóvoa (2009, p.26), a formação e valorização docente são dimensões estratégicas para qualquer política educacional que aspirem melhoria na qualidade social da educação, pois “não a reforma possível sem o protagonismo dos professores”. No âmbito da formação inicial, políticas como as Diretrizes Curriculares Nacionais (Dons) para a formação de professores e os programas de incentivo ao ingresso no ensino superior contribuíram para ampliar oportunidades e orientar processos formativos mais coerentes com as demandas da educação básica.

De acordo com Libâneo (2012, p.31), a formação inicial deve articular teoria, prática e reflexão crítica, de modo que o futuro docente compreenda a complexidade do trabalho pedagógico. Contudo, ainda persiste desafios relacionados a distância entre os cursos universitários e a realidade das escolas, o que pode fragilizar a construção de práticas pedagógicas contextualizadas e eficazes.

A formação continuada, por sua vez, tem sido fortalecida por programas governamentais voltados ao desenvolvimento profissional, como cursos, plataformas digitais, encontros formativos e parcerias com instituições de ensino. Tais iniciativas contribuem para a atualização pedagógica, ampliam repertórios metodológicos e oferecem suporte para enfrentar os desafios contemporâneos da sala de aula.

Entretanto, a continuidade e a efetividade dessas formações dependem de investimentos regulares e de condições adequadas de trabalho que permitam ao professor dedicar-se ao estudo sem sobrecarga. Assim, observa-se que as políticas educacionais têm produzido avanços importantes na formação e valorização dos profissionais da educação. No entanto, os aspectos dessas políticas dependem de suas continuidades, do compromisso do poder público e da garantia de condições efetivas para que os professores possam desenvolver práticas de forma plena e simplificada.

Como lembra Freire (1996, p.12), 12 “ensinar exige compromisso”, e esse compromisso só pode ser sustentado quando as políticas públicas asseguram dignidade, formação e condições reais de trabalho aos educadores”. As políticas educacionais no Brasil têm sido estruturadas com objetivos de promover melhorias na qualidade da Educação Básica, influenciando diretamente a formação e a valorização dos profissionais da educação. Ao longo do tempo, diferentes ações e programas foram implementados visando atender as demandas da docência, especialmente no que se refere à qualificação profissional, às condições de trabalho e ao reconhecimento da carreira docente. Nesse contexto, compreender os impactos dessas políticas torna-se essencial para analisar de que forma elas contribuem para o desenvolvimento profissional dos educadores e para a efetivação de uma educação de qualidade.

METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo busca garantir rigor científico, clareza nos procedimentos e coerência com os objetivos propostos. Para tanto, a pesquisa será organizada segundo sua classificação, o local onde foi desenvolvida, os sujeitos que participarão e os instrumentos utilizados para coleta e análise dos dados.

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, uma vez que busca compreender fenômenos educacionais a partir da interpretação de documentos, políticas e práticas relacionadas à formação e valorização dos profissionais da educação. Conforme Libâneo (2012), a pesquisa qualitativa possibilita a análise aprofundada de significados, processos e relações, privilegiando a compreensão detalhada dos contextos estudados.

Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva, pois tem como finalidade apresentar, explicar e analisar as políticas educacionais voltadas à valorização docente, discutindo seus impactos na formação e no trabalho dos profissionais da educação. Destaca que pesquisas descritivas são adequadas quando se pretende observar, registrar e analisar características de determinado fenômeno sem manipulá-lo.

Em relação aos procedimentos técnicos, configura-se como uma pesquisa bibliográfica e documental, realizada a partir de livros, artigos, legislações, diretrizes e documentos oficiais que fundamentam a temática. Para Lakatos e Marconi (2017), a pesquisa bibliográfica permite o aprofundamento teórico, enquanto a pesquisa documental utiliza fontes institucionais para analisar políticas e práticas já existentes.

A pesquisa foi desenvolvida a partir da análise de documentos oficiais e referenciais legais disponibilizados por órgãos como o Ministério da Educação (MEC), Conselho Nacional de Educação (CNE), institutos de avaliação educacional e legislações federais, estaduais e municipais. Além disso, foram consultados bancos de dados acadêmicos, Google Acadêmico e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Por se tratar de uma investigação teórica e documental, o estudo não se restringe a um espaço físico específico, mas abrange o conjunto de produções acadêmicas e normativas que tratam da formação e valorização profissional na educação básica brasileira.

Os documentos da pesquisa são os documentos, legislações e referenciais teóricos que abordam a temática estudada. Isso inclui:

- Leis e políticas educacionais (como LDB, PNE, BNCC);
- Pareceres e resoluções do CNE;
- Dados de sistemas de avaliação e relatórios públicos;
- Pesquisadores e autores que discutem formação e valorização docente, como Nóvoa, Freire, Saviani, Libâneo, entre outros. Como se trata de uma pesquisa bibliográfica e documental, não há participação de pessoas físicas, dispensando a necessidade de coleta direta com professores ou gestores.

Os instrumentos utilizados para coleta de dados foram:

1. Roteiro de análise documental, desenvolvido para examinar Políticas Educacionais, legislações e diretrizes relacionadas à formação inicial, continuada e valorização dos profissionais da educação.
2. Fichamentos e resumos teóricos, empregados na sistematização das ideias principais dos autores estudados, facilitando a comparação entre referenciais e a construção das análises.
3. Levantamento bibliográfico em livros, artigos científicos e produções acadêmicas que tratam dos impactos das políticas educacionais na atuação docente.
4. Consulta às bases de dados oficiais, como INEP, MEC e portais de transparência, quando necessário para contextualizar políticas e programas educacionais.

Além disso foram realizada uma entrevista com 2 professores chamados P₁, P₂, para comportar os resultados encontrados nos documentos.

ANÁLISE DOS DADOS

As políticas educacionais tem influenciado no cenário da educação brasileira, especialmente no que desrespeito a qualidade do ensino, a equidade e valorização dos profissionais da educação. Nessa perspectiva, esta seção busca interpretar os dados coletados a luz do referencial teórico adotado, estabelecendo relações entre as políticas públicas e suas repercussões no cotidiano escolar surge a seguinte questão: De que maneira as políticas educacionais tem impactado a qualidade do ensino nas escolas brasileiras?

SUJEITOS	RESPOSTAS
P ₁	Tem impactado a qualidade de ensino ao estruturar diretrizes, ampliar investimentos e promover ações voltadas a formação docente e ao acompanhamento da aprendizagem.
P ₂	As políticas educacionais tem impactado positivamente a qualidade do ensino ao orientar o currículo, ampliar o acesso a escola e oferecer suporte por meio de programas investimentos contribuem para valorização docente e na melhoria das práticas pedagógicas. No entanto, seus resultados ainda são limitados em algumas realidades devido a desigualdade na implementação e falta de recursos.

9

Quadro 1: Respostas dos professores.

É notório que as políticas educacionais nas últimas décadas desenvolveram um conjunto expressivo de políticas educacionais voltadas a ampliação do acesso, melhoria da qualidade e promoção da equidade na educação básica e superior. Essas políticas surgiram como respostas aos desafios históricos do país, especialmente relacionados as desigualdades sociais, regionais estruturais que influenciam diretamente a aprendizagem dos estudantes: Em que medida essas políticas contribuíram para redução das desigualdades educacionais?

SUJEITOS	RESPOSTAS
P ₁	Ao ampliar o acesso à escola, distribuir melhor os recursos e criar programas de apoio aos estudantes mais vulneráveis, essas ações ajudaram a diminuir diferenças no acesso e na permanência. Entretanto, essa contribuição ainda não é total, pois persistem

	desigualdades entre regiões e redes de ensino. Assim, os avanços são importantes, mas ainda insuficientes para garantir igualdade plena na educação.
P2	As políticas educacionais contribuíram de forma significativa para redução das desigualdades educacionais ao ampliar o acesso à escola, garantir a permanência dos estudantes e promover a distribuição mais equitativa de recursos. Programas de financiamento, inclusão e apoio social possibilitaram melhores condições para alunos de contextos mais vulneráveis.

Quadro 2: Respostas dos professores.

Ao analisar as respostas dos participantes, é possível perceber que elas abordam mesmo tema por perspectivas diferentes, porém complementares. A primeira resposta, em geral apresenta uma visão mais direta, destacando ações concretas das políticas educacionais, como oferta de recursos, programas e melhorias no acesso à educação. Já a segunda resposta amplia a discussão, enfatizando aspectos mais estruturais, como a organização do sistema de ensino e a garantia dos direitos educacionais. De que maneira as políticas educacionais contribuem para o planejamento escolar?

10

SUJEITOS	RESPOSTAS
P1	Elas orientam elaboração de conteúdos e metas, ajudando a organizar o ensino nas escolas.
P2	Auxilia no planejamento ao definir objetivos educacionais que guiam o trabalho pedagógico.

Quadro 3: Respostas dos professores.

A comparação entre as respostas dos professores evidencia abordagens distintas sobre o papel das políticas educacionais. A resposta 1 apresenta um olhar mais objetivo, destacando ações visíveis no contexto escolar, como programas, investimentos e apoio direto aos alunos.

Por outro lado, a resposta 2 adota uma perspectiva mais ampla, enfatizando a função das políticas a estruturação do sistema educacional na promoção de princípios como equidade. Essa diferença em enfoque demonstra que as políticas educacionais atuam em múltiplos níveis: tanto no cotidiano das escolas quanto na definição de diretrizes que orientam todo sistema de ensino. Qual a relação entre políticas educacionais e qualidade da educação?

SUJEITOS	RESPOSTAS
P ₁	As políticas ajudam a melhorar o ensino ao definir metas e investir nas escolas.
P ₂	Contribuem ao estabelecer diretrizes que tornam o ensino mais eficiente e igualitário.

Quadro 4: Respostas dos professores.

As questões apresentadas evidenciam que as políticas educacionais desempenham um papel essencial na educação básica, especialmente ao contribuir para organização do ensino, melhoria na aprendizagem, a inclusão escolar e a valorização docente. De modo geral, as respostas indicam que as políticas atuam tanto no apoio direto às escolas, com recursos e programas quanto na definição de diretrizes que orientam todo sistema educacional. Apesar dos avanços, ainda existem desafios relacionados à efetivação dessas ações na prática.

Segundo Libâneo (2013, p.12), a qualidade da educação está diretamente ligada à organização do trabalho pedagógico e às condições oferecidas pelas políticas educacionais, reforçando a importância dessas ações para o desenvolvimento do ensino. Nesse contexto, as políticas públicas educacionais tornam-se fundamentais para garantir melhores condições de aprendizagem, promover a inclusão social e assegurar o acesso igualitário à educação de qualidade. Além disso, tais políticas contribuem para a formação continuada dos professores, para a melhoria da infraestrutura escolar e para a criação de estratégias que favoreçam o desenvolvimento integral dos estudantes. Dessa forma, percebe-se que a efetivação de políticas educacionais bem planejadas e aplicadas de maneira eficiente influencia diretamente no desempenho escolar, na valorização docente e na construção de uma educação mais democrática, crítica e transformadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar as contribuições das Políticas Educacionais para a qualidade e a equidade na Educação Básica. A partir dos estudos realizados, foi possível compreender que essas políticas desempenham papel fundamental na organização do sistema educacional e na promoção de melhores condições de ensino. Os resultados indicam que houve avanços importantes, especialmente na ampliação do acesso à educação, na implementação de programas sociais e na valorização docente. No entanto, ainda existem desafios relacionados à efetivação dessas políticas, principalmente no que se refere à infraestrutura escolar e à desigualdade entre regiões.

Conclui-se que as políticas educacionais são essenciais para a construção de uma educação mais justa e democrática, mas sua eficácia depende de investimentos contínuos, acompanhamento e compromisso do poder público.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Andréa Cristina de. **Políticas educacionais: um estudo bibliométrico sobre o papel das olimpíadas científicas sob uma análise multinível**. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/xMBy9RnHnzzycxh4GjXkBcC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22/11/2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei n.º 11.738, de 16 de julho de 2008**. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 6º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 jul. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm. Acesso: 10/11/2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BROOKE, N.; SOARES, J. F. **Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e terra, 1996.

GATTI, B. A., & BARRETO, E. de S. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LIBANÊO, Jose Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2012.

NÓVOA, Antônio. **Professores: imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa, 2009.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2013.